

**Sem
visibilidade que
nos proteja não
há democracia
de fato**

pg. 7



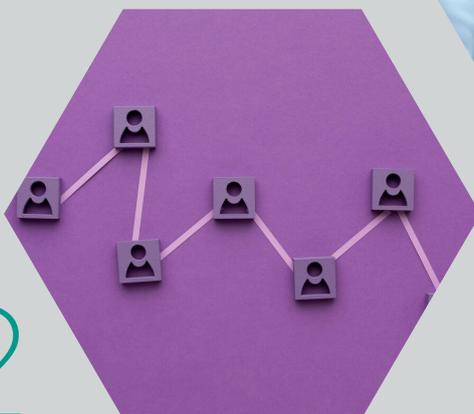
**A atuação da
Psicologia como
resistência feminina**



pg. 8

**A relação da
Psicologia com
a Justiça e com
a Democracia**

pg. 12



Depoimentos

pg. 18



ENTREVISTA

*Implicações
do racismo na
construção da
identidade psicólogos
negros e indígenas*
Geana Baniwa

pg. 16

© 2022 Conselho Federal de Psicologia

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.

Disponível também em: www.cfp.org.br

10ª edição - 2022

Projeto Gráfico | Agência Movimento

Diagramação | Diego Soares

Revisão | MC&G Design Editorial

Referências bibliográficas conforme ABNT NBR

Direitos para esta edição – Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília /DF

(61) 2109-0107 E-mail: ascom@cfp.org.br/www.cfp.org.br

Janeiro/Fevereiro/Março de 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B688 Boletim Universais e Interdependentes – Comissão de Direitos Humanos – CDH / Conselho Federal de Psicologia – v. 1, n. 10 , jan./fev./mar. 2022. Brasília : CFP, 2022.

Dados eletrônicos (PDF) .

Trimestral

Inclui bibliografia

1. Psicologia social. 2. Psicologia política. 3. Direitos humanos – Brasil. I. Título.

CDD: 323 . 40981

BOLETIM - UNIVERSAIS E INTERDEPENDENTES | 10ª edição

Coordenação Geral/CFP

EMANUELLE SANTOS SILVA *Coordenadora Geral Estratégica*

RAFAEL MENEGASSI TANIGUCHI *Coordenador-Geral Executivo*

Gerência de Relações Institucionais

DANIEL ARRUDA MARTINS *Gerente*

MARÍLIA MENDES DE ALMEIDA *Assessora*

BRUNA DUTRA GALVÃO *Técnica Administrativa*

Gerência de Comunicação

MARÍLIA MUNDIM *Gerente*

RAPHAEL GOMES *Assessor*

CONTRIBUÍRAM PARA ESTA EDIÇÃO

Como autora, autor ou coautor(as) de artigo:

ANA SANDRA FERNANDES ARCOVERDE NÓBREGA (CRP 13/5496)
Conselheira Presidente do CFP, psicóloga, formada pelo Centro Universitário de João Pessoa (2008) e mestrado pela Universidade Federal da Paraíba (2012).

MARCOS FERREIRA, (CRP 12, 553)
Doutor em Psicologia Social, professor aposentado da UFSC, ex diretor do CFP e da ABEP, ex gestor da Biblioteca Virtual de Psicologia.

Com depoimento:

CÉU SILVA CAVALCANTI (CRP 05/57816)
Conselheira vice-presidente do CRP 05; Doutoranda em psicologia pela UFRJ; Integrante da diretoria nacional da ABRAPSO e da Articulação Nacional de Psicólogues Trans (ANP Trans); Se reconhece como Travesti.

RAICARLOS COELHO DURANS (Não psicólogo)
*Raicarlos Durans, homem trans (*uma pessoa tranjero), tenho formação filosófica, sou casado com uma mulher cisgenera e militante no Pará no Brasil dos direitos humanos e cidadania das pessoas LGBTI+.*

VICENTE TCHALIAN (Não psicólogo)
Doutor em Estudos de Cultura Contemporânea. Com o foco de pesquisa centrado nos Estudos de Gênero, Tranageneridades e Direitos Humanos, tem dedicado a vida e os estudos a fim de melhorar as condições de vida das pessoas LGBTQIA+.

BIANCA FIGUEIRA SANTOS (Não Psicóloga)
Advogada atuante nas causas dos Direitos Humanos e da comunidade de LGBTQIA+, Mestra e Doutoranda em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF), Oficial Superior (reformada) da Marinha do Brasil

Com entrevista

GEANA BANIWA (Não possui número de registro)
Psicóloga e mestranda em Psicologia na Universidade Federal do Amazonas na linha de Processos Psicossociais da Amazônia e Pesquisadora do LABINS.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**XVIII Plenário | Gestão 2019-2022****Conselheiras(os) Efetivos:**

ANA SANDRA FERNANDES
 ARCOVERDE NÓBREGA *Presidente*
 ANNA CAROLINA LO BIANCO
 CLEMENTINO *Vice-presidente*
 IZABEL AUGUSTA HAZIN PIRES
 (até 20 de maio de 2022) *Secretária*
 LOSILEY ALVES PINHEIRO
 (a partir de 20 de maio de 2022) *Secretária*
 NORMA CELIANE COSMO *Tesoureira*
 ROBENILSON MOURA BARRETO
Secretário Região Norte
 ALESSANDRA SANTOS DE ALMEIDA
Secretária Região Nordeste
 MARISA HELENA ALVES
Secretária Região Centro Oeste
 DALCIRA PEREIRA FERRÃO (conselheira
 até 11 de setembro de 2021)
Secretária Região Sudeste
 NEUZA MARIA DE FÁTIMA
 GUARESCHI *Secretária Região Sul*
 ANTONIO VIRGÍLIO BITTENCOURT
 BASTOS *Conselheiro 1*
 MARIA JURACY FILGUEIRAS
 TONELI (conselheira até 11 de setembro
 de 2021) *Conselheiro 2*
 FABIÁN JAVIER MARIN RUEDA
 (conselheiro até 5 de fevereiro
 de 2021) *Secretário*

Suplentes:

KATYA LUCIANE
 DE OLIVEIRA *Suplente*
 IZABEL AUGUSTA
 HAZIN PIRES *Suplente*
 RODRIGO ACIOLI MOURA *Suplente*
 ADINETE SOUZA DA COSTA
 MEZZALIRA *Suplente Região Norte*
 MARIA DE JESUS MOURA
Suplente Região Nordeste
 TAHINA KHAN LIMA VIANEY
Suplente Região Centro Oeste
 CÉLIA ZENAIDE DA SILVA
Suplente Região Sudeste
 MARINA DE POL PONIWAS
Suplente Região Sul
 ANA PAULA SOARES DA SILVA
Conselheira Suplente 1
 ISABELA SARAIVA DE QUEIROZ
 (conselheira até 11 de setembro
 de 2021) *Conselheira Suplente 2*

Comissão de Direitos Humanos do CFP

MARIA DE JESUS MOURA
Conselheira do XVIII Plenário do CFP
 ELIANE SILVIA COSTA
Coordenadora da CDH/CFP
 ANDRÉA FERREIRA LIMA ESMERALDO
 ARTHUR FERNANDES SAMPAIO
 CINTHIA CRISTINA DA ROSA VILAS BOAS
 CLAUDIA ANDRÉA MAYORGA BORGES
 EMATUIR TELES DE SOUSA
 FILIPPE DE MELLO LOPES
 IOLETE RIBEIRO DA SILVA
 JAQUELINE GOMES DE JESUS
 JEANE SASKYA CAMPOS TAVARES
 THAYNARA SOUSA SILVA
 VITÓRIA BERNARDES FERREIRA

JANEIRO

29 DE JANEIRO

Dia da Visibilidade Trans

“As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante a discriminação de pessoas transexuais e travestis”

- Art. 3º da Resolução CFP nº 01/2018



29/01

Dia Nacional da Visibilidade Trans (e data de publicação a Resolução 01/18)

FEVEREIRO

04/02

Aniversário de morte de Marcus Vinícius Matranga (2016)



MARÇO

08/03

Dia Internacional da Mulher

14/03

Aniversário de Morte de Marielle Franco (2018)

21/03

Dia Internacional contra a Discriminação Racial

22/03

Aniversário da Resolução 01/99 (fez 20 anos em 2019)

28/03

Dia Mundial da Juventude



Tania Régio/Agência Brasil

Sem visibilidade que nos proteja não há democracia de fato

*“e João Morreu... ninguém ouviu.
Eu vou distribuir panfletos,
dizendo que João morreu.
Talvez alguém se recorde
do João que falo, eu” (Anderson “Bigode” Herzer, 1982).*

Esse é um trecho da obra poética de Herzer, homem trans de origem paranaense, nascido em 1962, que sofreu várias violências, entre elas sexuais, foi internado na ala feminina da FEBEM da Cidade de São Paulo, conseguiu apoio do senador Eduardo Suplicy para publicar seu livro “A Queda para o Alto” e cometeu suicídio logo em seguida. Apesar de se identificar expressamente como homem, inclusive no “Queda...”, teve o seu gênero desrespeitado sistematicamente, inclusive no filme Vera, de 1986, inspirado em sua vida.

Vida e produção se imiscuem e este preâmbulo serve para problematizarmos os usos de conceitos como “visibilidade”, particularmente quando pensados no âmbito de grupos historicamente discriminados, como a população transgênera, negra, indígena, das mulheres, entre outras. Somos vistos, mas como? Qualquer visibilidade nos valoriza e protege? Qual é o sentido da justiça em um país como o Brasil, no qual defensores dos Direitos Humanos, como o psicólogo Marcus Vinícius Matraga, e uma vereadora negra, LGBT, de ori-

gem favelada, a socióloga Marielle Franco, são executados mas, anos depois, o(s) mandante(s) seguem impunes?

Acrescenta-se a esse ponto fundamental o contexto epidêmico da COVID-19, a resposta demorada e precária do governo federal e seus impactos no campo da saúde mental das/os brasileiras/os, complexificando os saberes-fazeres em nossa ciência e profissão psicológica. Como lidar com tanta frustração? Como gerir tanto sofrimento sem promover alienação? No presente boletim não apresentamos propriamente respostas, mas caminhos possíveis para lidar com estas questões, a partir dos artigos, depoimentos e da entrevista aqui postos.

Em um ano eleitoral como este, tais circunstâncias, para além de serem parte de um programa de Direitos Humanos, estruturam a própria dinâmica eleitoral, e nos exigem assumir um posicionamento político único: o da democracia. Ao longo destas páginas você encontrará reflexões consistentes, tanto de psicólogas/os quanto de outras/os companheiras, que lhe convidam a também se posicionar.



A atuação da Psicologia como resistência feminina

AUTORA:

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega

*Triste, louca ou má
Será qualificada ela
Quem recusar
Seguir receita tal*

*A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina
Só mesmo rejeita
Bem conhecida receita
Quem, não sem dores
Aceita que tudo deve mudar*

(Juliana Strassacapa – Banda Francisco, El hombre¹)

Os 60 anos de regulamentação da Psicologia no Brasil nos desafiam a reflexões importantes sobre os compromissos desta, que é uma profissão comprometida com a sociedade brasileira. Compor um movimento de resistência ao recrudescimento dos ataques aos processos democráticos, à retirada de direitos e aos discursos e práticas totalitárias que assombram a sociedade brasileira é uma das tarefas que temos cumprido com distinção.

Violência, racismo, machismo, lgbtq-fobia, transfobia, discriminações nas mais diversas expressões, que agridem mais do que

corpos; agem na forma como existências vão se configurando nas relações de uma sociedade misógina e racista, desigual em condições e oportunidades. Oprimem e trazem sofrimentos psíquicos e físicos, de forma individual, mas configuram a violência estrutural da sociedade onde estamos inseridas. Portanto, dizem respeito ao coletivo, a toda a sociedade. E desafiam a determinação feminina de não sucumbir e manter a atuação organizada por direitos sociais, políticos e trabalhistas, por respeito e dignidade. Afinal, a afetividade é uma experiência coletiva.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) realizada em 2019 aponta que a população brasileira é composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres. Isso equivale a 5 milhões de mulheres a mais que homens. Segundo o IBGE, também em pesquisa de 2019, 54,5% das mulheres com 15 anos ou mais integravam a força de trabalho no país e ganhavam o equivalente a 77% da renda dos homens.

As menores remunerações e maiores dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho não podem ser atribuídas à educação (ou à falta desta). Dados indicam que as mulheres brasileiras são, em média, mais instruídas que os homens. Enquanto 21,5% das mulheres têm nível superior completo, 15,6% dos homens estão nesse patamar.

Podemos fazer um rol de desigualdades entre homens e mulheres, resultado das influências enraizadas culturalmente nas atribuições dos gêneros. O papel esperado da mulher nas estruturas familiar e social tradicionais (cujo foco histórico está direcionado à família e não à carreira) e a expectativa de que ela aja em conformidade com uma sociedade forjada em diferentes discriminações apontam que a dificuldade da equidade feminina no mercado de trabalho é resultado de uma sociedade machista. Trabalhar, e arrumar a casa, e cuidar dos filhos, e ficar em forma, e ser gentil sempre, e ser competente são alguns predicados que nos são exigidos. Então, essa estrutura precisa ser considerada ao falarmos em questões de gênero.

As mulheres compõem 86% das pessoas que são profissionais da psicologia. A pesquisa do CFP “Quem é a Psicóloga Brasileira – Mulher, Psicologia e Trabalho”², indica que, destas: 45% atuam na área da saúde, 12% em organizacional e trabalho, 12% em educação, 10% em assistência social, 4% em mobilidade urbana e trânsito, 4% na área jurídica e 3% na área clínica. As demais trabalham em temas como direitos humanos, comunicação e gênero. Essa mesma pesquisa apontou que uma em cada

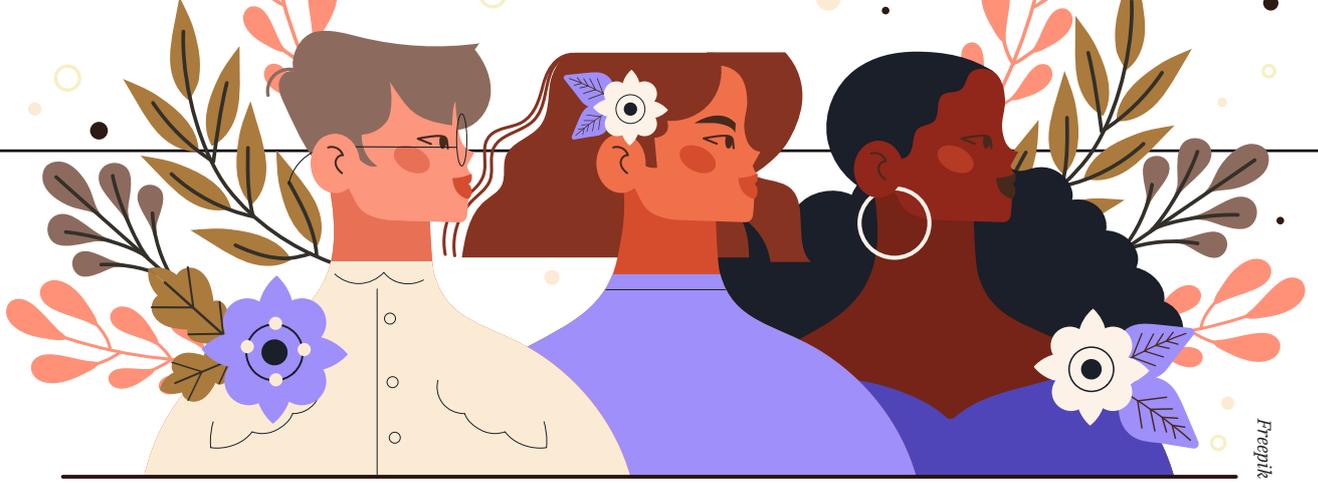
quatro psicólogas já sofreu alguma forma de violência.

Os percentuais de atuação da psicologia mostram que nossa profissão está enraizada nas políticas públicas, atuando para a evolução e ampliação dessas políticas, para o acolhimento das pessoas, o cuidado com a saúde, a melhoria do atendimento à população. A luta pelo acesso da população a políticas públicas que propiciem dignidade e respeito se configura em uma marca da psicologia produzida por mulheres. Reconhecendo essa distinção, o Conselho Federal de Psicologia criou, em 2006, o Centro de Referências Técnicas em Políticas Públicas (CREPOP)³ para promover a qualificação da atuação profissional de psicólogas/os nas diversas políticas públicas.

Esses dados incidem também no entendimento de que é impossível desconsiderar que a luta pelos direitos das mulheres é um fazer da nossa profissão uma ciência inserida em uma sociedade cuja organização do trabalho é eivada por preconceitos, discriminações, assédios morais e sexuais, violações de direitos. Essa construção social afeta a estabilidade, o salário e o reconhecimento do trabalho das psicólogas, que todos os dias, pessoal e profissionalmente, vivem as desigualdades e violências de gênero.

A organização social hierarquizada e desigual convoca a psicologia a pensar para além do exercício profissional. São necessárias reflexão e ação pelos direitos das mulheres, pois pelas características sociais, culturais e econômicas do Brasil o enfrentamento à violência de gênero também baliza a luta da profissão. E, assim, o fazer da profissão inviabiliza omissões, impede uma psicologia neutra às causas e efeitos na produção dos modos sociais de subjetivação. Ao contrário, exige uma profissão configurada na resistência, com perspectiva de construção de avanços sociais significativos, especialmente para as mulheres.

E mais, no que diz respeito à violência de gênero, é preciso destacar que incide de modo intensificado sobre a mulher negra. Pesquisa



do IPEA realizada em 2021 mostra que, durante a pandemia, 61% das vítimas de feminicídio são negras.

Trata-se de compreender que esta se constitui por meio de relações de contraste, de distinção. Então, é imprescindível pensarmos sua diferença a partir do gênero e a complexidade dos efeitos do racismo como interseccionalidades fundamentais no entendimento de como a violência, em seus diferentes aspectos, se expressa na vida das mulheres pretas. A vulnerabilidade se acentua quando essas mulheres têm acesso limitado aos serviços de atenção à saúde, à segurança, à educação, às políticas públicas, aos direitos básicos para a garantia de uma vida digna.

Precisamos, então, pensar e construir uma psicologia também afrocentrada, como perspectiva possível para o alargamento e aprofundamento do fazer psicológico diante das iniquidades raciais.

Isso nos leva a assumir que o debate entre psicologia e feminismo se configura em um espaço estratégico onde são firmadas as respostas a um modelo de ciência na qual, mesmo sendo constituídas pela maioria de mulheres, há a tendência para assumir o masculino como modelo de representação coletiva. A psicologia em seu exercício feminista assevera um encontro com o reconhecimento dos aspectos socioculturais e psicológicos relacionados à violência de gênero.

Avançamos? Em geral, a duras penas, alguns exemplos: a Lei do Divórcio (1977); a realização do Primeiro Encontro das Mulheres Negras (1988); A Lei Maria da Penha (2006), reconhecida pela ONU como uma das mais importantes legislações no enfrentamento à violência contra a mulher; a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (2003); a Lei do

Feminicídio (2015); a importunação sexual feminina passar a ser considerada crime (2018).

Melhorou, mas está longe do ideal. Salários iguais aos dos homens, cargos de liderança (elas exercem, em 2022, apenas 38% desses cargos) e até a manifestação de opiniões de forma enfática ainda são vistos como irritação, autoritarismo e desequilíbrio emocional.

A unificação dos movimentos de mulheres na última década aponta que é possível se chegar à emancipação das mulheres. Afinal, precisamos construir uma sociedade em que não tenhamos que conviver, na contemporaneidade, com os pedaços da escravidão, do colonialismo. E, como nos últimos tempos, com pedaços assombrosos da ditadura.

Nessa luta, muitas mulheres, profissionais e estudiosas da psicologia, cientes da necessidade de enfrentamento das desigualdades de gênero, pautaram suas histórias de vida para transformar a realidade.

Algumas das mulheres que definiram rumos e impactaram a psicologia no Brasil: Virgínia Bicudo: psicanalista negra; Nise da Silveira: psiquiatra pioneira em terapia ocupacional; Anita de Castilho: pioneira da criação e implantação do curso de Psicologia no país; Silvia Lane: pioneira da Psicologia Social no Brasil e na América Latina; Carolina Martuscelli Bori: divulgou a Psicologia como ciência; Lélia Gonzalez: pioneira no estudo da cultura negra no Brasil e deixou enorme legado sobre relações raciais e gênero, classe, psicanálise e feminismo negro; e Neusa Santos Souza: psiquiatra, psicanalista e escritora referência com obras de aspectos sociológicos e psicanalíticos da negritude. As contribuições e avanços dessas mulheres seguem como norteadores do papel e significado da profissão na luta e construção de uma sociedade justa e igualitária, ensinando

que valorizar a profissão é sinônimo de agregar valor aos direitos das mulheres.

E nossa profissão continuou a trilhar o caminho por elas aberto, chegando, em 2020, a publicar a Resolução CFP nº 8, de 7 de julho de 2020,⁴ que estabelece normas de exercício profissional em psicologia em relação às violências de gênero.

A psicologia é uma profissão forjada no diálogo, na construção, precisa sempre se reinventar e assumir novos lugares nos processos de saúde da população brasileira, na perspectiva da garantia de direitos. Sem direitos garantidos não há saúde. Inclusive essa definição está no nosso Código de Ética⁵. E, neste, não há neutralidade.

A psicologia, reconhecida como uma profissão de mulheres, também carrega a marca de ter fé na vida, pois o feminino não considera omissões e silêncios, grita diante da

barbárie, está prenhe de uma nova sociedade, de um novo mundo.

*Eu não me vejo na palavra
Fêmea: Alvo de caça
Conformada vítima*

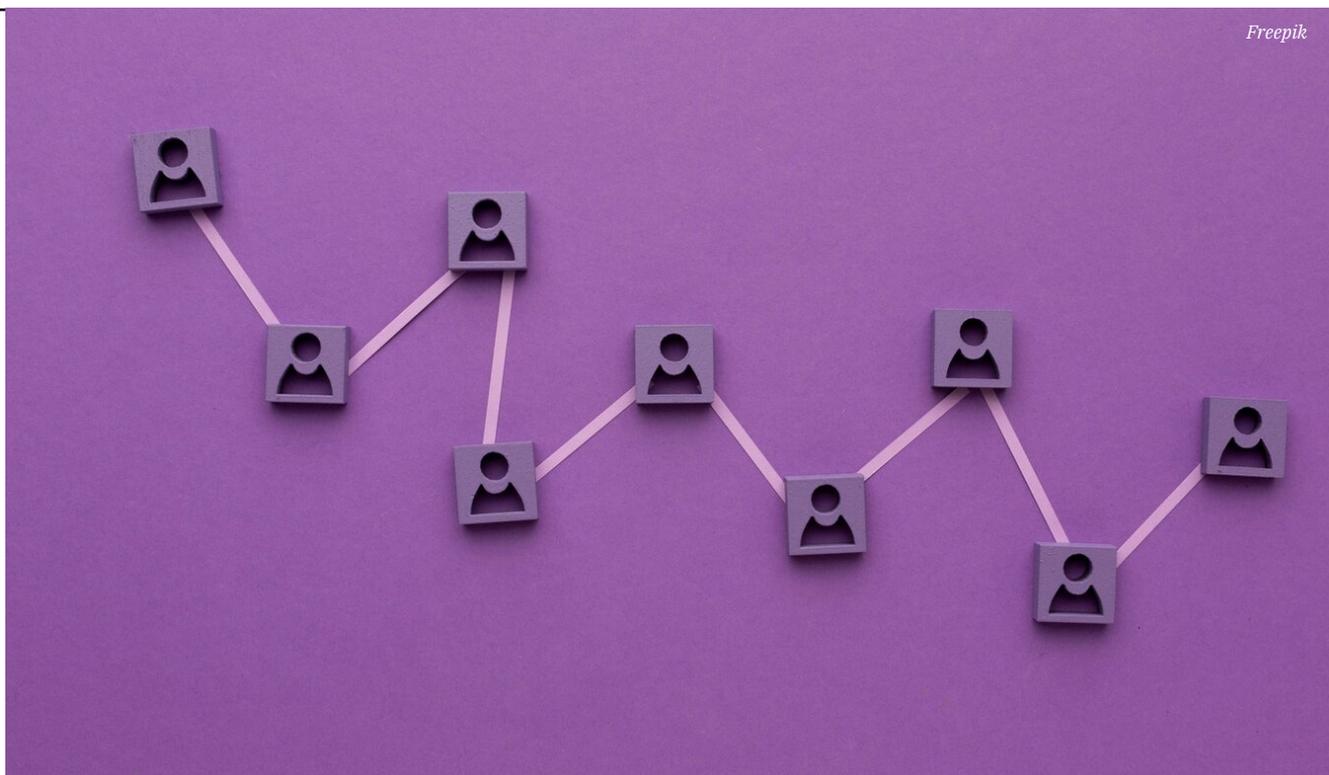
*Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar*

*E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar*

*(Juliana Strassacapa –
Banda Francisco, El hombre)*

Referências:

1. FRANCISCO, EL HOMBRE. Triste, louca ou má. **Youtube**, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lKmYTHgBNoE>. Acesso em: 24 ago. 2022.
2. LHULLIER, Louise A. (org.). **Quem é a Psicóloga brasileira?:** Mulher, Psicologia e Trabalho. Brasília, DF: CFP, 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/quem-e-a-psicologa-brasileira/>. Acesso em: 24 ago. 2022.
3. CREPOP. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/>. Acesso em: 24 ago. 2022.
4. CFP (Conselho Federal de Psicologia). **Resolução nº 8, de 7 de julho de 2020.** Estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero. Brasília, DF: CFP, 2020. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-8-2020-estabelece-normas-de-exercicio-profissional-da-psicologia-em-relacao-as-violencias-de-genero?origin=instituicao&q=8/2020>. Acesso em: 24 ago. 2022.
5. CFP (Conselho Federal de Psicologia). **Código de Ética Profissional do Psicólogo.** Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/legislacao/codigo-de-etica/>. Acesso em: 24 ago. 2022.



A relação da Psicologia com a Justiça e com a Democracia

Marcos Ferreira

A tarefa de pensar a relação entre Psicologia e Justiça e Democracia será tomada aqui no sentido de indicar possíveis tarefas (ou, até, exigências) que essa profissão e essa ciência devam atender no processo de construção de Justiça e Democracia. Como a Psicologia deve contribuir, o que deve fazer, para que se ocorram Justiça e Democracia? Não é suficiente que as organizações e profissionais da Psicologia afirmem Democracia e Justiça como importantes e imprescindíveis. Não é suficiente afirmar (ainda que seja verdade) que Psicologia só possa existir em ambiente democrático. É preciso ir além de reconhecer que quem ataca a Democracia é, no máximo, um cínico, jamais pode ser considerado profissional de Psicologia. É indispensável que organizações e profissionais reconheçam a construção de Democracia e de Justiça como tarefas de que precisam participar. Reconheçam que devem contribuir de forma concreta, por exemplo, por meio da colaboração com a produção de sujeitos democráticos.

Reconhecer Justiça e Democracia como processos ou construções tem muitas virtudes: permite compreender que a produção de sujeitos democráticos, na medida em que estará a cargo deles essa construção, ganhe relevância; permite identificar que, quando esses dois processos se enfraquecem, resultam ambos em desigualdade social; permite identificar, de modo inverso, que somente na hipótese de progresso de ambas, haverá impacto na diminuição da desigualdade social; permite identificar outras dimensões que devem ser consideradas em conjunto e, eventualmente, revisadas como a de solidariedade e a de cidadania. (Por exemplo, na redefinição do que seja cidadania, que deixaria de referir alguma somatória de direitos e deveres e passaria a se referir a compreensão que ser cidadão é estar em luta por defesa e ampliação de direitos).

Oras, esses processos implicam em considerar a constituição de sujeitos e subjetividades. Evidentemente esta é uma dimensão sobre a qual Psicologia poderá (deverá) se reconhecer

como apta a assumir papel de destaque para incidir como profissão, assim como ciência.

Nesse contexto, Justiça precisa ser considerada como algo diferente de (e, com certa regularidade, até antagônico com) o mundo jurídico. A materialização da Justiça consiste no principal meio de pacificação no tecido social, isto é, o caminho para superação de contraditórios sem apelo às vias de fato. O ponto máximo da sua realização consistiria na anulação de qualquer tipo de desigualdade social, seja nas condições de vida, seja no reconhecimento das pessoas como sujeitos válidos para participação da esfera pública. Observando isso pelo anverso é possível afirmar que a desigualdade social, especialmente nas formatações com que mais convivemos no Brasil (racismo e fome), tendem ao grau máximo da ausência de Justiça. O racismo, que consiste na negação do direito de ser, assim como a fome que consiste na negação do direito de viver, materializam na vida brasileira o que seja a desigualdade social e, por consequência, consistem em completa negação da Justiça.

Nesse contexto, Democracia deve deixar sua definição mais rasa como referindo somente a prevalência da vontade da maioria. Essa caracterização, que se aplica a decisões tomadas por uma nação ou por algum coletivo, na sua aplicação à vida cotidiana já sofre recorrentes reparos, por exemplo, quando se identifica que Democracia deva se concretizar no respeito aos direitos de minorias e não mais à imposição de vontades de alguma maioria.

Para fins desta reflexão, Democracia será caracterizada pela compreensão de que cada pessoa e cada coletivo sejam considerados, sejam tratados e se comportem como atores legítimos na esfera pública. E que em todo processo da vida em sociedade, esses atores estejam ao lado e junto a outras pessoas e coletivos igualmente em condições de interferir nas decisões que afetam a sua vida e a vida da coletividade.

Caracterizar sujeitos democráticos poderá, então, ser útil para compreender a materialidade da relação entre Psicologia, Justiça e Democracia. Ana Bock e colegas (<https://gustavoconde.blogspot.com/2021/11/a-pro-ducao-de-sujeitos-de-mocraticos-por.html>) apontaram algumas dimensões nessa direção. Sujeitos democráticos são comprometidos com o direito do outro ter direitos. Esse é já o direito fundamental: o direito a ter direitos. “Normalmente estamos empenhados na defesa de direitos com conteúdos específicos, mas isso pode ser ainda insuficiente para a compreensão do papel que os direitos desempenham na vida dos cidadãos”. Claro, tal caracterização advém de uma compreensão oriunda de uma leitura de profissionais ligados a Psicologia. Por isso, talvez o correto seja dizer: o fundamental é que os sujeitos se sintam no direito de ter direitos. Porque, quando uma pessoa não se sente assim, todo direito a que aceda, corre o risco de ser percebido como concessão ou decorrente de algum tipo de espiritualidade, o que põe por terra qualquer construção de Justiça e Democracia.

No mesmo texto, Ana Bock e colegas advertem que a confusão entre a defesa de direitos e a defesa de algum direito específico estabelece a possibilidade para todo tipo de sofisma. Sofisma porque em nome da suposta defesa de direitos, direitos básicos são negados.

Tomando também essa caracterização pelo seu anverso, vale a pena verificar qual seria o contrário absoluto de um sujeito democrático? A figura do torturador pode ser tomada para ocupar esse lugar. O torturador tem centralidade como materialização da dimensão simbólica no ataque a Democracia e a Justiça. A tortura é o exercício máximo da retirada e da negação de direito a direitos. O torturador opera uma inversão na lógica dos direitos da pessoa humana, porque ele se coloca no lugar de ter o direito de retirar direitos.

Na concretude da vida brasileira essa perspectiva de utilizar o torturador como



Justiça e democracia

referência ganha vitalidade. A figura do torturador foi tomada como base para a construção do ataque que hoje sofre a Democracia no país. Faz sentido, então, que a tônica geral das ações do governo que se elegeu sobre essa base seja sempre algo que ataca a Democracia ao mesmo tempo em que tem um recorte de tortura sobre a gente brasileira. A retirada e negação de direitos que, em última instância, têm um efeito torturante sobre as pessoas que os perdem, aponta a mesma direção. Na atualidade, tais negação e retirada de direitos vão desde a falta de reconhecimento pela dor resultante da perda de parentes e amigos para o vírus corona, até a reinstalação da fome ainda em proporção maior do que aquela conhecida anteriormente.

A comparação com o torturador ganha força porque, assim como no golpe de sessenta e quatro, a máquina de produzir fome que foi instalada com o golpe de dois mil e dezesseis tem o respaldo da maioria qualificada do Congresso Nacional e conta com silêncio sorridente da mídia comercial nacional. Vale dizer, conta com apoio irrestrito das elites nacionais. Os meios de comunicação comerciais, depois de terem colaborado com a criação de um *enfant terrible*, têm hoje setores que sofrem prejuízos causados por eles mesmos. As elites, que alternam como longa manus em uma hora os torturadores profissionais, em outra hora ministros da economia de confiança do tal mercado e, sempre, os meios de comunicação corporativos, continuam com seus interesses intactos.

A contribuição para a constituição de sujeitos democráticos tem dimensões diversificadas. Precisamos conhecer e reconhecer as formas como Democracia e Justiça se apresentam nas subjetividades da gente brasileira, a começar pelas próprias profissionais da Psicologia. Precisamos encontrar formas de ajudar os sujeitos empenhados na construção democrática a compreenderem essa dimensão subjetiva. Precisamos comprometer nossos estudiosos com parâmetros para o estabelecimento de objetos de estudo que correspondam a necessidades reais da gente brasileira. Precisamos nos colocar ao lado dos movimentos sociais que lutam pela defesa e expansão de direitos, de Democracia e de Justiça.

Para nos constituirmos, a nós profissionais de Psicologia, como sujeitos democráticos, vamos precisar nos convencer de que operar políticas públicas exige enorme perícia e dedicação. Mas que isso não basta. É preciso que nos disponhamos a formular novas formas de compromisso social plasmadas nos padrões de intervenção do aparelho de estado.

É preciso que ampliemos nossa compreensão sobre o modo como estamos inseridos na vida social. Por exemplo, devemos reconhecer a iniquidade de consensos sociais em que estamos imersos e que admitem conviver com a fome de outros seres humanos. Precisamos colocar nossas ferramentas de trabalho para compreender como isso se constitui, quão pervasivos são esses consensos e, principalmente, qual a forma de combatê-los, buscar seu aniqui-

lamento e construir novos consensos baseados em solidariedade e generosidade.

Vamos precisar ampliar o reconhecimento e nossa visibilidade sobre os problemas vividos em sociedade, estabelecendo linhas de compreensão histórica de sua evolução. Sem isso, como reconhecer se estamos avançando ou retroagindo na construção de Democracia e Justiça? Mas, ler a conjuntura exige perícia. Ler a conjuntura acrescentando uma perspectiva que aproveita o conhecimento psicológico é um método que ainda precisa de nossa colaboração. O exemplo mais imediato dessa necessidade consiste na negligência no modo de tratar a pandemia. O Governo Federal desatendeu todos os dias, ao longo de dois anos, as providências que precisavam e ainda precisam ser tomadas. Nossa leitura da conjuntura nos indica ser fundamental (tanto para defendermos a vida, quanto para nos diferenciarmos do governo genocida) que organizações e profissionais de Psicologia coloquem esse tema em destaque de forma diuturna agora e no próximo período. Além do exemplo mais imediato, vale considerar o exemplo mais gritante deste momento da leitura da conjuntura. Ele consiste no ataque sistemático das tecnologias computacionais (plasmadas nas grandes plataformas) às subjetividades e à saúde mental. Tem razão o Instituto Silvia Lane, quando afirma que não há maior desafio para Psicologia no planeta, do que compreender esse processo e dar combate à sua perpetuação por meio do que é conhecido como colonialismo digital.

Essa disposição para a ampliação vai precisar chegar à própria definição dos Direitos Humanos, que todos reconhecemos como a espinha dorsal das políticas públicas. Que dimensões precisam ser acrescentadas à declaração universal dos direitos humanos? Vamos lutar para que seja incluída ali o direito aos avanços tecnológicos, como por exemplo, no acesso a vacinas que sejam produzidas no planeta? Vamos indicar que seja incluído o direito ao acesso à riqueza produzida pela sociedade? Precisamos

decidir se consideramos que a ausência de referência na lista dos direitos humanos, à riqueza produzida pela humanidade é algo compatível com Democracia e com Justiça.

Assim, no momento em Psicologia vai completar sessenta anos como profissão reconhecida no Brasil, ela está em condições de se colocar desafios que poderão torná-la cada vez mais importante para a população brasileira. Quando a profissão completou dez anos de existência, houve uma opção por homenagear ditadores que atacaram Democracia e Justiça de forma deliberada. Já com seus cinquenta anos, ela soube se colocar contra a nova onda de ataques a Democracia no golpe de dois mil e dezesseis. Hoje, temos a possibilidade de reconhecer como nossa tarefa de contribuir para a produção de sujeitos democráticos, como parte do processo de construção de Democracia e Justiça em nosso país.

Cumprir informar que esta reflexão se insere na intersecção entre diferentes construções da história recente de organizações e profissionais de Psicologia: 1) os desafios propostos no evento realizado pelo Conselho Federal de Psicologia em meados da primeira década deste século: Democracia e subjetividade: a produção dos sujeitos democráticos, que resultou em livro organizado por Jessé Souza e Marcus Vinícius Oliveira (cf. a edição revisada em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/05/livro_Democracia-2edi-caoxalterado_em_02.07.2010x.pdf); 2) nas indicações feitas por um grupo de profissionais de Psicologia Social no livro Reconstruir a Democracia, organizado por Aldo Arantes (<https://www.livrariaanita.com.br/produ-to/482248/reconstruir-a-Democracia-uniao-de-amplas-forcas-politicas-e-sociais-para-a-luta-ideologica>); 3) no resgate histórico das transformações vividas por Psicologia na passagem do século vinte para o vinte e um, organizado por Ana Bock e colaboradores.



ENTREVISTA

Implicações do racismo na construção da identidade psicólogos negros e indígenas

GEANA BANIWA

Por Jeane Tavares

01) vocês consideram que em sua formação acadêmica em Psicologia tem havido preparação técnico científica e prática para atuação junto a população negra e indígena? Vocês se sentem à vontade para abordar este tipo de discussão com colegas e professores? Sentem que sua própria saúde mental é preservada ou afetada negativamente por estas discussões?

Primeiramente agradeço o convite da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH-CFP) para essa entrevista sobre a temática que é necessária. Entendo que a preparação técnico científica e prática para atuação junto a população negra e indígena tem sido de um modo um tanto insuficiente, porém com significativas mudanças. Atualmente vemos uma preparação um pouco

maior, através das ofertas de disciplinas étnico raciais, bem como a atuação junto as populações, visitas, realizações de pesquisas, inserção dos alunos, projetos de extensão e dentre outros que visam essa atuação que engloba as populações invisibilizadas como a negra e indígena, entretanto, percebo que há uma deficiência no aparato técnico e prático que esteja pautado na realidade das populações, muita coisa é vista na teoria e alguns profissionais não sabem ou conseguem conciliar essa teoria junto a prática. Enquanto psicóloga indígena, em minha formação acadêmica sempre busco, pautar não só a teoria mas principalmente a prática alinhada a realidade da população indígena. Eu me sinto a vontade em abordar este tipo de assunto, pois entendo que é necessário discutir e expor as idéias e todas as



informações para que a temática seja também pontos de discussão, de aprimoramento com o intuito de não invisibilização da temática. Em alguns casos sinto que minha própria saúde mental foi afetada negativamente, pois algumas discussões se desalinham da realidade em que vivemos, como indígena e como psicóloga indígena. Certamente apenas quem está deste outro lado consegue compreender.

02) sendo parte de grupos historicamente racializados e vulnerabilizados, quais estratégias têm utilizado para enfrentamento do racismo científico e institucional na formação em Psicologia? Como a experiência de lidar com o racismo dentro de universidades pode afetar sua compreensão sobre o exercício da Psicologia e seus projetos como futuras profissionais?

As estratégias que tenho utilizado partem de meus escritos, trabalhos e projetos focados no enfrentamento do racismo científico e institucional, além de falas em eventos, seminários, congresso, roda de conversa e palestras pautadas na realidade vivenciada, fazendo ecoar a voz diante dos que são silenciados. Ressalto ainda a importância que os profissionais psicólogos negros e indígenas tem no meio acadêmico - científico, mesmo enfrentando um racismo descarado em seu meio, continuam a persistir com seus trabalhos. A experiência de lidar com o racismo dentro da universidade me afeta de maneira que sempre busco combater e enfrentar, pois sei o quanto é difícil e o quanto é necessário continuar lutando por um mundo com mais afeto e respeito entre as pessoas, buscando defender e dá voz aos marginalizados, seja eles através de projetos em execução e os que virão, em prol do bem-viver e do combate ao racismo.



Vicente Tchalian

Em 2018 passei o meu primeiro 29/01 em São Paulo. Foi a primeira vez que me senti parte de um todo. Olhava ao redor e via pessoas como eu, vibrando como eu. Fiquei emocionado, me senti vivo e pulsante. Comemorei a resolução 01/2018 do CFP com muita alegria e esperança. Mesmo em tempos como vivemos hoje, é essa esperança que me dá forças para continuar a luta. A resolução significa que ninguém pode nos dizer quem somos e como devemos viver nossas vidas. Ainda vivemos uma sociedade absolutamente generificada e binária, por isso, viver nossas transgeneridades sem precisarmos de laudos e/ou autorizações é uma vitória. Ainda que falte muito para vivermos vidas plenas, devemos agradecer as pessoas trans que lutaram, e em muitos casos deram as vidas, para que pudéssemos experienciar esse mundo pelo qual lutaram.



Raicarlos Coelho Durans

Sou Raicarlos Coelho Durans, sou do Pará, falo de Marituba no Pará, um município da Metropolitana. Tenho 60 anos, estou de acordo com os termos posto. A minha trajetória de lutas por direitos humanos vem desde a ditadura militar por “liberdades e democracia” no Brasil. Para podermos coexistir na resistência. Sou resistência...

Eu gosto de contrato, eu acho Eu nasci em 18 de maio de 1961, atravessei a ditadura militar na luta como homem trans e nunca me escondi. Sofri muito por longos 12 anos no período ditatorial no Brasil. Até hoje continuo na luta política contra o fascismo. Pois as causas trans é uma luta permanente.

Pois só na luta se muda o estado de coisas que hoje estamos passando no país. Grato.



Céu Silva Cavalcanti

Em janeiro celebramos a visibilidade trans. Nossa geração segue vivendo importantes acontecimentos que modificam nossos modos possíveis de habitar o Brasil. Dois destes podem ser lembrados. Em janeiro de 2022, Lina Pereira entra para um reality em tv aberta e passa a compor a programação diária, produzindo um convívio contínuo da população com uma travesti sendo vista não como personagem estereotipado, mas como pessoa singular como qualquer outra. Quatro anos antes lançamos nossa resolução 01/2018. Já conseguimos perceber o quanto a relação de diferentes instituições com pessoas trans avançou desde 2018. Se a retificação civil por via administrativa possibilita mais dignidade em nossas relações com o Estado, pautar cuidado como sinônimo de despatologização vai ganhando tons cotidianos de modo que, podemos pensar o sistema conselhos enquanto protagonista de uma mudança cultural ainda em curso. Temos muito a construir nos processos de garantir dignidade às vidas trans, contudo, viver de perto as possibilidades de construção desde dentro da psicologia, produz a esperança de que a música de Linn da Quebrada chamada oração, de fato se concretize: “Determino que termine em nós e desate; e que amanhã, amanhã possa ser diferente com elas; que tenham outros problemas e encontrem novas soluções”.



Bianca Figueira Santos

Pessoas transgêneras convivem com um dilema lancinante, desde que nascem, nas mais anosas lembranças da mais tenra infância. Sentem-se desencaixadas do contexto social por se sentirem pertencentes a um determinado gênero, mas seus corpos dizem o contrário. Já foram e por vezes ainda são vistas como pervertidas, como “aberrações”, como “filhos do demônio”, como “doentes mentais”. Obtiveram, à custa de muita luta do movimento LGBTQIA+ e do entendimento já pacificado na classe médica, a retirada da categorização de transtornos mentais da Classificação Internacional de Doenças, com a publicação da CID11 em 20/05/2019, pela Organização Mundial da Saúde.

São expulsos de casa por famílias incompreensivas que não toleram suas identidades e expressões de gênero; não conseguem suportar o ambiente escolar, hostil, perverso, onde são alvos constantes de bullying, brincadeiras risíveis e inúmeras situações constrangedoras; não conseguem acessar o mercado de trabalho, pois sem família, sem educação e pelo preconceito latente na sociedade são rejeitadas e sumariamente descartadas de quaisquer processos de seleção; quando já estão ocupando cargos e postos de trabalho, ao ousarem assumir suas identidades, são sumariamente dispensadas, sob alegações diversas.

Amar, casar, ter uma família, adotar, estudar, trabalhar, ir e vir, aceder à saúde, frequentar ambientes públicos ou privados, como um banheiro, são direitos constitucionalmente garantidos a qualquer cidadão brasileiro, de tal forma resguardados que muitos se tornam absolutamente corriqueiros e imperceptíveis em seu exercício diário. Entretanto, para qualquer pessoa trans, o exercício do direito aos mais simples atos cotidianos são fontes de medo, angústia e sofrimentos. Convivem com o julgo, “o olhar do outro”, sob ameaça constante, sendo permanentemente julgados e sentenciados à exclusão, ao desprezo e à toda sorte de violências.

“Não seja!”, diz-lhes o mundo. “Mas, se for, não conte; se contar, não mude; se mudar, não mostre; e, se mostrar, que seja longe de nós”. Somos brasileiros que vivemos, de fato, como se não tivéssemos sequer o direito de existir.

Contrariando todos os prognósticos e expectativas, eu decidi resistir e lutar. Fui reformada da Marinha do Brasil em 2008 por ser trans, por supostamente sofrer de “transexualismo”, “transtorno mental” catalogado na extinta CID10. Experimentei um divórcio e a tentativa de me separarem do meu filho, enfrentei uma ação judicial em que expus meus órgãos genitais para lograr retificar meu prenome e sexo, bem como outras inúmeras ações judiciais visando corrigir meu nome em concessionárias de energia, de água e companhias de telefonia celular.

As circunstâncias me “empurraram” ao Direito, graduando-me em 2016, ano em que minha ação contra a Marinha se findou, não tendo logrado a justa reparação pela perda vivenciada na caserna, e no mesmo ano em que passei na prova da OAB. Tornei-me advogada, propus em causa própria uma segunda ação contra a Marinha, atualmente em vias de alcançar nossas Cortes Superiores, fiz duas especializações, uma qualificação em recursos superiores, um mestrado e estou doutoranda em Sociologia e Direito na UFF.

Atualmente represento, como advogada, várias causas de pessoas trans nas Forças Armadas, bem como inúmeras outras na defesa intransigente dos Direitos Humanos e das graves injustiças por que passa a comunidade LGBTQIA+ em nosso país. Eu decidi resistir e lutar e minha luta é a continuação das lutas de todas as outras travestis e trans que vieram antes de mim, com a coragem e o desprendimento necessários para continuarmos nossa resistência.

Que a luta seja e continue forte e perene.